DECIDE:

Artigo 1º - O Grupo de Trabalho, criado pela Resolução SMA 20, de 22-03-2013, será composto, nos termos do artigo 3º da aludida Resolução, pelos seguintes representantes:

- I - da Assessoria de Gestão, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - AG/SMA: Daniel Teixeira de Lima, portador do RG 28.359.559-0, como coordenador;
- II - da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: Fernando Francisco Janez, portador do RG 34.168.196-9;
- III - da Coordenação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo: Luis Alberto Buccì, portador do RG 7.798.264-2;

IV - Fundação para a Conservação e a Produção Florestal: Sandra Eliza Beu, portadora do RG 2.9120.716-9, como titular, e Marcos Hiroshi Okawa, portador do RG 30.887.251-4, e Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor, portador do RG 23.996.970-4, como suplentes;

V - Instituto Florestal: Frederico Alexandre Roccia Dal Pozzo Arzolla, RG 16.513.522-0;

VI - Instituto de Botânica: Eduardo Luis Martins Catharino, portador do RG 11809600-X;

VII - Instituto Geológico: William Sallun Filho, portador do RG 21.741.521-0, como titular, e Rosângela do Amaral, portadora do RG 24.418.792-7, como suplente;

VIII - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA: Thais Lobo dos Santos, portadora do RG 23.694.205-0;

IX - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB: Maria Teresa Barbanti de Almeida Prado, portadora do RG 11.436.119;

X - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN: Renato Nunes, portador do RG 19.359.994-6;

XI - Assessoria Parlamentar - AP-SMA: Lygia Maria Giuliano Nader, portadora do RG 5.847.213-7;

XII - Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA: Zuleica Maria de Lisboa Perez, RG 7.410.685-5;

XIII - Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA: Cecília Ferreira Saccuti, portadora do RG 27.564.148-X, e Marcos Paulo de Oliveira Alves, portador do RG 32.228.022-9;

§ 1º - Como membros convidados:
a) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP: Sérgio Antônio da Silva, portador do RG 7.756.343;

b) da Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP: Pedro Umberto Romanini, portador do RG 5.655.089;

c) da Secretaria de Estado de Logística e Transportes: Antonio Audi, portador do RG 4.402.367-4;

d) da Universidade Estadual de Campinas - Laboratório de Planejamento Ambiental - UNICAMP - LAPLA: Rozely Ferreira dos Santos, portadora do 5058005;

e) da Organização não Governamental - ONG Associação Ibioca Nossa Casa na Terra: Lucila Pinto de Moura, portadora do RG 8.459.581-4;

f) da Organização não Governamental - ONG Sociedade Ecológica Amigos de Embu / Associação Ecológica Amigos de Embu - SEAE: Ismael Nobre, portador do RG 12.762.269-X;

g) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Movimento Voto Consciente: José Rodolpho Miranda de Mello, RG 99579005;

h) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP In-PACTO INSTITUTO PROTEÇÃO AMBIENTAL: Allan Spitalette Popak, portador do RG 26.526.419-4;

i) Organização não Governamental - ONG Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada: Antonio César Teixeira Toledo, portador do RG 29.468.842-0;

j) da Organização não Governamental - ONG Rotary Club Empresarial Granja Viana: Elisabete Amália de Fazio Muniz da Cunha, portadora do RG 5.622.961-6;

k) da Prefeitura Municipal de Cotia: Patrícia Marques Machado, portadora do RG 440976315, como titular, e André Costa Gargano, portador do RG 288823680, como suplente;

l) da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra: Paulo Estevão Dantas Moises, portador do RG 602583, como titular, e Marcio Vinicius Ferreira Bittencourt, portador do RG 05.914.638-1, como suplente;

m) da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba: Jader-son Spina, portador do RG 7.777.678-1, como titular, e Marcela Cristiane Pupin, portadora do RG 23.889.126-4, como suplente;

n) da Prefeitura Municipal de Cajamar: José Renato Ferreira, portador do RG 4639428, como titular, e Karina Ferreira Hisatugo, portadora do RG 4.423.4961-0, como suplente;

o) da Prefeitura Municipal de Itapeceira da Serra: Leda Maria Aschermann, portadora do RG 5.295.553-9, como titular, e Jorge Bento Viegas Junior, portador do RG 30.429.928-5, como suplente;

p) da Prefeitura Municipal de Barueri: Aparecido Pires de Castro, portador do RG 83941, como titular, e Ivan Vanderley Silva, portador do RG 29.278.117-9, como suplente;

q) Vereador Luis Gustavo Napolitano, portador do RG 19.284.137-3.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SMA 1.481/2013)

INSTITUTO FLORESTAL

Despacho do Diretor Geral, de 10-09-2013

Processo SMA 5.338/2013

A vista dos elementos constantes dos autos, em especial a apuração no atraso da entrega dos materiais, necessário a Diretoria Geral, deste Instituto, a notificação para que se fizesse o contraditório e a ampla defesa. Decorrido o prazo recursal, a contratada abdicou o direito do contraditório e a ampla defesa aceitando mansa e pacificamente a multa pecuniária a ser aplicada e as informações da Seção de Finanças e do Senhor Diretor Administrativo, as quais conheço, APLICO a multa pecuniária R\$ 55,30 a empresa H. M. C. Jeans Ltda ME, CNPJ 10.843.534/0001-33, a ser descontado do pagamento da nota fiscal/fatura.

Despacho da Diretoria Geral, de 16-09-2013

Do processo abaixo descrito:

Convites BEC n.ºs. 27559/2013 e 27594/2013, Processo SMA 3.983/2013, Processo de aquisição de material de consumo (AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA O ANO LETIVO DO CCI – CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL DO INSTITUTO FLORESTAL, para a oferta de compra OC20130C00065 - 1) 1 caixa de papel crepom para cada cor: amarelo, item 2) vermelho, 3) verde bandeira, 4) verde água, 5) azul claro, 6) azul escuro, 7) lilás, 8) roxo, 9) marrom, 10) preto, 11) branco, 12) 30 folhas de EVA para cada cor: vermelho, 13) preto, 14) laranja, 15) branco, 16) cinza, 17) verde claro, 18) azul escuro, 19) azul claro, 20) marrom, 21) rosa, 22) bege, 23) lilás, 24) verde escuro, 25) roxo, 26) 1 pacote de color set para cada cor: vermelho, 27) verde escuro, 28) laranja, 29) verde claro, 30) preto, 31) rosa, 32) marrom, 33) azul claro, 34) azul escuro, 35) roxo, 36) amarelo, 37) 1 pacote de papel cartão para cada cor: amarelo, 38) azul claro, 39) azul escuro, 40) laranja, 41) branco, 42) marrom, 43) Pink, 44) preto, 45) verde claro, 46) verde escuro, 47) rosa, 48) roxo e 49) vermelho) e, para a oferta de compra: 20130C00066 - 1) 1 pacote de papel espelho para cada cor: rosa, 2) amarelo, 3) branco, 4) vermelho, 5) verde, 6) azul, 7) laranja, 8) preto, 9) 1 pacote de cartolina laminado para cada cor: azul, 10) vermelho, 11) verde, 12) dourado, 13) prata, 14) 30 folhas de EVA amarelo, 15) 30 fitas adesiva, 16) 1 rolo de papel presente e 17) 1 pacote de papel cartão laminado na cor rosa e, diante do constante dos autos e usando a competência a mim atribuída, acolho a decisão da Responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame e ADJUDICO o objeto da presente licitação, de acordo com as classificações, a favor das empresas abaixo descritas:

- PAPELARIA E BAZAR POLGRYMAS LTDA ME – C.N.P.J. 43.899.665/0001-91, no valor de R\$ 244,45 referente aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34,

36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47 e 49 da Oferta de Compra 20130C00065, itens BEC n.ºs. 22010-8, 22007-8, 105443-0, 22009-4, 192756-6, 192760-4, 22014-0, 22013-2, 32960-6, 32962-2, 22006-0, 231016-3, 216891-0, 216897-9, 216892-8, 216895-2, 216896-0, 216893-6, 216888-0, 300890-8, 216889-8, 146024-2, 396855-3, 396948-7, 146030-7, 146026-9, 146032-3, 146027-7, 397000-0, 146028-5 e 146025-0 respectivamente; e também no valor de R\$ 216,40 referente aos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 15 da Oferta de Compra 20130C00066, itens BEC n.ºs. 127689-1, 105445-7, 83028-3, 105260-8, 105449-0, 83029-1, 105446-5, 105447-3 e 4253-6 respectivamente; e

- CAMARGO’S COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO. – CNPJ 74.251.984/0001-10, no valor de R\$ 38,06, referente aos itens 35,43, 45 e 48 da Oferta de Compra 20130C00065, itens BEC n.ºs 397063-9, 396993-2, 396999-1, 397005-1 respectivamente.

Ressaltamos os itens n.ºs 12, 13,14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 do Convite Eletrônico 27559/2013 foram fracassados, uma vez que as melhores ofertas apresentaram-se acima do nosso valor referencial e os itens n.ºs 9, 10, 11, 12, 13, 16 e 17 do Convite Eletrônico 27594/2013 também fracassados, pois não houve propostas para os mesmos.

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor Administrativo Financeiro, de 16-09-2013

Dispensa de Licitação ART. 24 II
Processo 1720/2013
Interessado: FF/Parque Estadual da Cantareira
Assunto: Serviço de manutenção e revisão de rede elétrica de baixa tensão.

HOMOLOGO o objeto da presente Dispensa de Licitação art. 24, II, a favor da empresa Lazio Comércio Representação e Serviços Ltda, CNPJ. 38.972.527/0001-50, no valor total de R\$ 7.890,00.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução PGE 27, de 13-09-2013

Dispõe sobre a implantação da reorganização prevista no Decreto 59.464, de 23-08-2013.

O Procurador Geral do Estado, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a necessidade de implantação da reorganização da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Fiscal e das Procuradorias Regionais, da Procuradoria Geral do Estado, prevista no Decreto 59.464, de 23-08-2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Judicial são integradas por:

I – 1º a 7º Subprocuradorias: cada uma delas, por duas Seccionais e uma Seção de Acompanhamento de Processos;

II – 8º Subprocuradoria: duas Seções de Acompanhamento de Processos;

III – 9º Subprocuradoria: duas Seccionais integradas, cada uma delas, por duas Seções de Acompanhamento de Processos;

IV – 10º Subprocuradoria: duas Seccionais.

Artigo 2º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Fiscal são integradas por:

I – 1º Subprocuradoria:

a) três Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) duas Seções de Acompanhamento de Processos.

II – 2º Subprocuradoria:

a) duas Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) uma Seção de Acompanhamento de Processos.

III – 3º Subprocuradoria:

a) duas Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) uma Seção de Acompanhamento de Processos.

IV – 4º Subprocuradoria:

a) duas Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) uma Seção de Acompanhamento de Processos.

V – 5º Subprocuradoria:

a) nove Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) duas Seções de Acompanhamento de Processos.

VI – 6º Subprocuradoria:

a) duas Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 3º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional da Grande São Paulo são integradas por:

I – 1º Subprocuradoria: pelas Seccionais de Contencioso Geral de Guarulhos, Mogi das Cruzes, Diadema, Santo André e Osasco.

II – 2º Subprocuradoria: pelas Seccionais de Contencioso Tributário Fiscal de Guarulhos, Mogi das Cruzes, Diadema, Santo André e Osasco.

§ 1º – A 1ª Subprocuradoria, prevista no inciso I, é integrada por duas Seções de Acompanhamento de Processos e a 2ª Subprocuradoria, prevista no inciso II, é integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

§ 2º – As Seccionais previstas nos incisos I e II são integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 4º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Santos são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional do Vale do Ribeira, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 5º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Taubaté são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por duas Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Contencioso Geral de São José dos Campos, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

c) pela Seccional de Guaratinguetá, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) pela Seccional de Contencioso Tributário Fiscal de São José dos Campos, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Caraguatatuba.

Artigo 6º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Sorocaba são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria: por três Seccionais situadas na sede, sendo a 1ª e a 2ª Seccionais integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede, sendo a 1ª Seccional integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 7º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Campinas são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pelas Seccionais de Jundiá, Piracicaba e Limeira, integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

c) por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pelas Seccionais de Bragança Paulista e São João da Boa Vista, integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

c) por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

III – 3ª Subprocuradoria:

a) pelas Seccionais de Casa Branca e Rio Claro, integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 8º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Ribeirão Preto são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por três Seccionais situadas na sede, integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Franca, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 9º - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Bauri são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por duas Seccionais situadas na sede;

b) pelas Seccionais de Botucatu e Jaú, integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

c) por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Avaré.

Artigo 10 - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de São José do Rio Preto são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria: por três Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

II – 2ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 11 - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Araçatuba são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede e uma Seção de Acompanhamento de Processos;

II – 2ª Subprocuradoria: por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 12 - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Presidente Prudente são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria: por duas Seccionais situadas na sede integradas, cada uma delas, por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede integrada por duas Seções de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Dracena.

Artigo 13 - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de Marília são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Ourinhos, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Assis, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

Artigo 14 - As unidades adiante indicadas da Procuradoria Regional de São Carlos são integradas:

I – 1ª Subprocuradoria:

a) por duas Seccionais situadas na sede;

b) por uma Seção de Acompanhamento de Processos.

II – 2ª Subprocuradoria:

a) por Seccional situada na sede, integrada por uma Seção de Acompanhamento de Processos;

b) pela Seccional de Araraquara, integrada por duas Seções de Acompanhamento de Processos.

Artigo 15 - Às Seccionais compete auxiliar as Subprocuradorias, na forma estabelecida pelos Procuradores do Estado Chefes destas, no desempenho de suas atribuições. Artigo 16 - Independentemente de sua vinculação a uma determinada Subprocuradoria, as Seccionais situadas fora da sede de cada Procuradoria Regional poderão desempenhar atribuições relativas às Áreas do Contencioso Geral e do Contencioso Tributário-Fiscal.

Artigo 17 - As comarcas e municípios sob a responsabilidade de cada uma das Procuradorias Regionais ficam estabelecidos nos termos do Anexo Único.

Artigo 18 - Compete às Subprocuradorias da Procuradoria Judicial:

I – 1ª Subprocuradoria: a defesa nas ações propostas por servidores civis em face da Fazenda Pública e suas autarquias de natureza funcional, que não se enquadrem na competência da 5ª Subprocuradoria, bem como as relativas às demandas que tenham por objeto complementação de aposentadoria;

II – 2ª Subprocuradoria: a competência residual para as ações civis em que a Fazenda Pública ou suas autarquias figurem na qualidade de rés ou intervenham na qualidade de assistentes, bem como nos mandados de segurança, ações coletivas, populares e outras que não sejam de natureza estritamente funcional;

III – 3ª Subprocuradoria: a defesa nas ações propostas por policiais militares em face da Fazenda Pública, de natureza funcional;

IV – 4ª Subprocuradoria: a defesa nas ações propostas por servidores do magistério em face da Fazenda Pública, de natureza funcional;

V – 5ª Subprocuradoria: a defesa nas ações tentadas por magistrados, servidores do Poder Judiciário e da Secretaria da Administração Penitenciária, policiais civis, Procuradores do Estado e de autarquias, membros do Ministério Público, em face da Fazenda Pública, de natureza funcional;

VI – 6ª Subprocuradoria: a propositura de ações civis pela Fazenda Pública e suas autarquias, que não sejam de natureza funcional;

VII – 7ª Subprocuradoria: a defesa nas ações de natureza trabalhista, propostas em face da Fazenda Pública, suas autarquias e fundações que mantenham convênio, para tanto, com a Procuradoria Geral do Estado;

VIII – 8ª Subprocuradoria: a defesa nas ações que discutam matéria de saúde pública propostas em face da Fazenda Pública ou que sejam por esta ajuizada na referida seara, sem prejuízo de outras atribuições previstas em resolução que dispõe sobre a Coordenadoria Judicial de Saúde Pública (COJUSP);

IX – 9ª Subprocuradoria: a defesa do Estado e de suas autarquias nos processos em fase de liquidação e de execução de sentença, até atendimento final ao requisito judicial, sem prejuízo de outras atribuições previstas em resolução que dispõe sobre a Coordenadoria de Execuções contra a Fazenda Pública da Capital (CEFAP);

X – 10ª Subprocuradoria: defesa da São Paulo Previdência - SPPREV, da Caixa Beneficente da Polícia Militar - CBPM, do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP e da Fazenda do Estado de São Paulo nas ações cujo objeto envolva a discussão de